

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: EDUCANDO MULHERES PARA AS FUNÇÕES DE PROFESSORA E MÃE DE FAMÍLIA

Renata Duarte Simões - USP

A intenção de pesquisa emerge, em primeiro momento, a partir de meus anseios e inquietações acerca das representações femininas em diferentes períodos históricos e, em segundo momento, quando passo a ter meus primeiros contatos, nos estudos realizados no mestrado, com uma faceta da Ação Integralista Brasileira que até então ignorava: “a educação integralista do feminino”.

O objeto de pesquisa do projeto que ora apresento é a mulher representada como professora e mãe de família, funções consideradas adequadas ao sexo feminino e aos seus deveres cristãos pela Ação Integralista Brasileira, movimento social de grande repercussão política, que emerge no Brasil na década de 1930, arquitetado por Plínio Salgado, enquanto Chefe Nacional.

Contudo, o estudo não se limita a investigar o que prescrevia às mulheres Plínio Salgado e outros membros do movimento, mas busca também averiguar como as mulheres integralistas se representavam e pensavam as funções e os papéis a elas destinados, ou seja, busca investigar a produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres integralistas no interior de relações e práticas sociais. Assim, gostaria de apontar que pretendo privilegiar, neste estudo, o conceito de gênero não ligado ao desempenho de papéis femininos ou masculinos, mas sim ligado à produção de identidades de mulheres e, por conseguinte, de homens que fizeram parte das fileiras da AIB.

Ressalto que representações, neste estudo, são compreendidas como as concebe Chartier (1990, p. 17): “práticas culturais”, entendidas como discursos que apreendem e estruturam o mundo, isso é, são modos de pensar a realidade e construí-la. Contudo, essas percepções do real, afirma o autor, “[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Chartier (1995) revela que um objeto maior da história das mulheres consiste no estudo dos discursos e das práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos. Do mesmo modo, alerta o autor, uma tal incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados, o que quer dizer que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante (CHARTIER, 1995).

Logo, vale ressaltar, em se tratando de representações femininas na AIB, que as mulheres não são desprovidas de poder e que fazem uso freqüente do que De Certeau (1994, p. 100-101) chama de tática, sendo capazes de aproveitar as falhas que a vigilância do poder proprietário vai abrindo para resistir, subverter ou deslocar a ordem estabelecida.

Daí a relevância de investigar não só como as mulheres são representadas pelo integralismo, mas também como se representam, porque, embora “[...] as representações sociais do mundo aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos grupos que a forjam”, sendo necessário o “relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Considerando o “acervo simbólico” que o intelectual/político Plínio Salgado produziu, o objetivo do projeto se completa com uma análise que se propõe a distinguir as representações integralistas do feminino e prescrições plinianas de educação direcionadas às mulheres das representações originadas na cultura católica brasileira dos anos 20 e 30, do século XX, ou seja, daquelas que se originaram no bojo da Ação Católica, especificamente as decorrentes da intervenção de Jackson de Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima, representantes católicos de destaque no período.

Delimitei o período a ser estudado entre 1932 e 1937, tendo como justificativa, para a data inicial, ser ela o ano de fundação da Ação Integralista Brasileira. Como justificativa para a data final, aponto que, ao início do Governo ditatorial de Getúlio Vargas, todos os partidos políticos são suprimidos. Juntamente com eles, a Ação Integralista Brasileira que havia obtido o registro de partido político em setembro de 1937 junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral.

Para a realização do estudo, utilizo artigos da revista *A Ordem* – lugar “oficial” de manifestação da militância laica católica no período – artigos de jornais integralistas, manuais didáticos integralistas, teses e dissertações relacionadas com a temática em questão

provenientes da História da educação, da História e dos Estudos de gênero, correspondências trocadas entre membros da AIB, documentos que refletem os caminhos trilhados pelo movimento integralista e pela Ação Católica e publicações concernentes ao papel desempenhado pelas mulheres em tais movimentos.

Destarte, recenseei a bibliografia que aborda o movimento integralista e pude verificar que poucos estudos dedicaram esforços no sentido de investigar as prescrições direcionadas às mulheres por Salgado e outros membros do movimento, assim como distingui-las das prescrições católicas direcionadas a elas por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. De outro modo, poucas pesquisas investiram esforços no sentido de investigar o que pensavam e como se representavam as mulheres integralistas no período, assim como investigar as relações de gênero que se estabeleceram na AIB, lembrando que os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder.

Logo, esta investigação justifica-se por visar a contribuir para o preenchimento de lacunas presentes em estudos sobre a educação feminina e a mulher na AIB, buscando compreender como a representavam e, ainda, como se auto-representava, salientando que, no jogo de poder, a mulher integralista realizava apropriações, deslocava e subvertia as relações dominantes da diferença entre os sexos. Justifica-se, ainda, por buscar compreender, por meio de diferentes vias, como a mulher, anteriormente vista como uma exceção, como um desvio da regra masculina, conquista espaços sociais e profissionais, transformando-se em tema central em diversos campos de estudo.

A AIB, principal partido de extrema direita no Brasil, é fundada oficialmente por Plínio Salgado, no dia 7 de outubro de 1932, em São Paulo, sob forte sentimento nacionalista. Inicialmente, o integralismo apresenta-se como movimento cultural destinado a criar uma nova mentalidade no País e coordenar os estudos da nova idéia. O integralismo nasce, entre as duas guerras mundiais, em meio a uma fase de transição na evolução histórica brasileira, em que ocorre a mutação da sociedade engendrada pela transformação socioeconômica, pela contestação do sistema político e pela mutação ideológica, sendo essa última marcada pelo despertar nacionalista, pela renovação estética e espiritual.

A década de 1930 representa um marco na trajetória da política social brasileira, uma vez que a “questão social” passa a receber um tratamento bastante diferenciado em relação ao período da República Velha. Na constituição de 1934, ratificada na Carta de 1937, é posto em

relevo, pela primeira vez, o tema “família”. Paralelamente, o discurso católico apresenta-se pontuado por discursos dessa ordem e as encíclicas papais, os documentos da hierarquia eclesiástica e as manifestações do laicato católico corroboram a importância conferida aos assuntos sociais.

À medida que a família é concebida como base do edifício social, a educação passa a ocupar um lugar estratégico porque representa o instrumento com o qual se poderá formar um tipo humano que melhor corresponda às exigências de uma ordem social em vias de reformulação (VILHENA, 1988).

No Brasil, a entrada das mulheres no exercício do magistério – o que ocorreu ao longo do séc. XIX (a princípio lentamente) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula. Mas essa não foi, de forma alguma, uma entrada tranqüila. Objeto de muitas disputas e polêmicas, a possibilidade de mulheres exercerem o magistério foi contestada por meio de diferentes discursos. Especialmente a partir do momento em que, devido à abertura das escolas normais às moças (em meados do século XIX), essas passaram a se constituir numa presença muito maior do que se supunha ou se desejava, os apelos para conter e também para disciplinar a massa feminina se multiplicaram.

Apesar de, no imaginário social, as funções de mulher e professora estarem associadas, várias vezes a permanência no magistério se dava em detrimento da “realização como esposa e mãe”. Não faltaram os que defendessem o celibato pedagógico (VIDAL, 2001).

Contra-pondo-se a essa argumentação, outras vozes afirmarão que as mulheres têm, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e naturais educadoras, sendo o magistério o prolongamento da atividade exercida no lar.

Esses argumentos circulam pela AIB desde seu nascedouro e o movimento atribui à mulher a função de educadora e forjadora de caráter, devendo dedicar seus esforços em prol da renovação espiritual do país.

No processo de preparação para a revolução de espírito, a mulher é convocada pela AIB para desempenhar, segundo Salgado, “importante papel”, principalmente nos setores educacionais. O movimento considera que tem ela grande contribuição a dar na tarefa de educação da consciência nacional, encontrando a verdadeira esfera de função adequada ao

sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho de funções do lar e da família (SALGADO, 1955, v. VIII).

No integralismo, a divisão sexual dos papéis socialmente determinados é explicada pela profunda diversidade psicológica existente entre homens e mulheres, residindo o traço característico do temperamento feminino no seu “alterocentrismo”, na sua “capacidade de dedicação aos seres vivos”, cabendo-lhe a sensibilidade, o sacrifício e a renúncia; e do temperamento masculino, no “egocentrismo”, cabendo ao homem o raciocínio, a análise e a abstração (SALGADO, 1955, v. VIII).

Para Corbisier (1959, v. IX, p. 68), mulher militante de destaque no movimento, tais atributos femininos demonstram claramente o que representa a participação de mulheres nas relações humanas. Além disso, afirma que uma sociedade edificada exclusivamente sobre o egocentrismo masculino tornar-se-ia uma sociedade “mutilada e viciada”.

A autora argumenta, todavia, que o integralismo não hierarquiza homens e mulheres, pelo contrário, que o movimento considera a mulher simplesmente diferente, nem superior, nem inferior ao homem. Segundo ela, essa diferença é posta, pelo movimento, como necessária para o equilíbrio do mundo, para a estabilidade da vida humana.

Quanto à função a ser desempenhada pela mulher, destaca que cabe a AIB, partindo dos princípios do “humanismo integral”, utilizar ordenadamente a cooperação de “moças e senhoras” inscritas em suas fileiras, dirigindo-as sempre, de preferência, para os setores educacionais. Assim, os quadros da AIB estariam contribuindo “[...] como centros poderosos de cultura humana e feminina, como verdadeiras forjas de caracteres morais para o futuro cristão do Brasil-Integral” (CORBISIER, 1959, v. IX, p. 69).

A presença oficial feminina na Ação Integralista Brasileira, na qualidade de membros efetivos, que eram chamados de blusas-verdes, foi definida institucionalmente a partir do regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), aprovado em 10 de agosto de 1936, obedecendo aos princípios hierárquicos da agremiação.

Para o controle efetivo sobre a militância feminina, uma extensa rede de informações foi criada, de modo a receber relatórios, estatísticas e correspondências, que deveriam manter direção nacional informada sobre todas “[...] as militantes, suas atitudes e atividades em face de suas obrigações”.¹

¹ Regimento da SNAFP. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Expediente, art. 7º, § 1º.

Em 1937, por meio de uma de suas diretrizes enviadas a todas as Secretarias Provinciais, a SNAFP, após considerar “[...] de suma importância a cooperação feminina nos serviços de preparação e qualificação eleitoral [convoca] a mulher brasileira e, principalmente a mulher integralista, que sabe querer e trabalhar até ao sacrifício para as grandes causas [...]”, a conseguir, por meio do Departamento Feminino, “[...] a glória de alistar dois terços, pelo menos, dos eleitores da AIB”.² Esse documento deixava claro que, por meio da “alfabetização rápida”, buscava-se ensinar os brasileiros a ler e a escrever, não para “elevar o seu nível cultural” ou promover a sua “realização plena” enquanto “homem integral” conforme era preconizado, mas para que ele pudesse obter seu título de eleitor.

Analisando a estrutura organizacional da AIB, pode-se observar que vários órgãos contribuíram, em menor ou maior grau, para divulgação da doutrina, a saber: a Secretaria Nacional de Educação (Moral, Cívica e Física); a Secretaria Nacional de Doutrina e o Departamento Nacional de Estudantes.

Nesses quadros, a mulher era chamada a doutrinar somente mulheres, crianças e jovens, já que o integralista adulto era educado por meio da *doutrinação*, que, via de regra, ficava a cargo dos homens.

Desse modo, afirmando visar à Educação Integral dos jovens plinianos, o integralismo defende a formação de caráter da mulher de modo a evitar que ela se transforme na “[...] boneca de cabecinha vazia só preocupada com o luxo, com a exibição e com as futilidades de uma vida ociosa”, bem como, no “[...] ente desgraçado de passo militar e atitudes masculinas, a aspirar uma igualdade ridícula com o homem, uma igualdade de funções e não de direitos e deveres inerentes às diferenciações imprescritíveis” (SALGADO, 1955, v. XX, p. 291).

Salgado (1955, v. VIII, p. 259), ao abordar a mulher do século XX, cercada de “futilidades mundanas”, afirma estar ela perdendo, dia a dia, na civilização capitalista burguesa e sem Deus, todos os fundamentos da sua eficiência mental e da grandeza moral. Para ele, a mulher do séc. XX precisa, incansavelmente, manter-se saudável, desenvolvendo suas faculdades intelectuais, aprimorando sua resistência e sua beleza corporal sem jamais negligenciar o espírito; devendo encontrar, dentro do realismo cristão, a fórmula higiênica de

² A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos e a campanha eleitoral. *Ação*, 17 de maio de 1937.

sua plena realização social, buscando sempre o equilíbrio perfeito entre corpo e espírito sintonizados segundo os seus fins biológicos. (SALGADO, 1955, v. VIII).

Assim, é da Igreja o dever de inculcar entre os fiéis o conhecimento exato da poderosa repercussão do lar no progresso e moralização da humanidade. A força mantenedora da personalidade da mulher há de ser a sua formação moral e a formação moral só tem uma base segura: o sentimento religioso (CORBISIER, 1959, v. IX).

A família constitui, desde os meados do séc. XIX, um dos temas aos quais a Igreja dedica especial atenção, continuando, como regra geral, a defender nesse período uma nítida divisão de funções para o homem e para a mulher. Enquanto ao homem compete, fundamentalmente, a sustentação econômica da família, mediante o trabalho profissional fora de casa; a tarefa específica da mulher é a educação dos filhos menores, com atividades restritas ao âmbito do lar (AZZI, 1993).

Na esfera educacional, o atendimento às leis naturais exige para a mulher uma educação diferenciada e à parte da direcionada ao homem e nunca uma educação juntamente com ele, a co-educação (a escola mista). Essa diferenciação na educação dos dois sexos é considerada fundamental para a garantia da estabilidade moral e social, conforme doutrina Pio XI, em 1927, na sua encíclica *Divini Illius Magistri*:

De modo semelhante e errôneo e pernicioso à educação cristã, é o chamado método de 'co-educação', baseado para muitos numa deplorável confusão de idéias, que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora. O criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade (p. 28).

O modelo patriarcal, incorporado fortemente à herança da confluência cultural luso-brasileira e, de certa forma, já em vias de enfraquecimento nesse período, é mantido na educação católica ministrada tanto no lar como nas paróquias e nos colégios, permanecendo inalterado e mesmo sacralizado pela doutrina e pela liturgia católica. As meninas e as jovens continuam sendo educadas para a obediência e submissão, atitudes a serem mantidas no lar paterno como na futura vida conjugal, cabendo-lhes

[...] papéis assimétricos em relação ao homem, na família e no casamento. Desde a infância, prepara-se a menina para a obediência e a submissão a seus irmãos e ao pai. A justificativa para a posição assimétrica entre os sexos é vista em termos morais e religiosos. Assim ao homem, 'representante

de Deus' e 'cabeça da mulher', atribui-se papel de liderança e 'autoridade' circundada dum auréola divina (PRANDI, 1975, p. 30).

Alceu Amoroso Lima, aderindo ao pensamento católico de seu tempo, destaca a importância da mulher na tarefa educativa da família, afirmando ser indispensável, no mundo atual, um movimento social que restitua a mulher, sempre que possível, ao lar, devendo lembrar, segundo ele, que “[...] a mulher que renegue a sua natureza é muito pior que o homem em seus defeitos” (LIMA, 1940, p. 190).

Ele atribui à mulher grande parcela da tarefa educativa no lar, por considerar ser ela mais forte que o homem em seu desprendimento pelos filhos, em sua tenacidade, em sua paciência, em seu espírito de renúncia.

Na obra educativa, mais que em qualquer outra, só o amor é fecundo e criador. Por isso há tanta afinidade entre a maternidade e a educação. As mulheres são professoras natas, em geral, porque têm por natureza a vocação da maternidade. Essa vocação é a mais bela possível, porque é uma colaboração direta da própria obra de Deus (LIMA, 1943, p. 296).

Lima (1940, p. 191) argumenta que a mulher se revela pelo seu espírito de servidora da vida e que, para ele,

Servir à vida – é o destino orgânico da mulher e o fundo de sua natureza moral. Ela serve à vida, transmitindo-a a outros seres, na tarefa mais sublime de sua natureza; serve à vida, como educadora nata da infância, como conselheira do homem, como elemento insubstituível de reconciliação do homem com a existência.

Esse autor ressalta também que “[...] a mulher sente-se a si mesma como colaboradora da vida e compreende a esta como qualquer coisa que transcende infinitamente, e que é preciso servir com amor e obedecer com humildade e paciência” (LIMA, 1940, p. 192). Assim, de acordo com esse autor, tende mais sobre a mulher o dever de educação moral e religiosa de seus filhos.

No tocante à educação feminina, o modelo, em geral, oferecido pela Igreja, no período, continua a pautar-se por padrões marcadamente conservadores, não obstante a progressiva abertura da própria sociedade brasileira. Essa mentalidade rigorista dominante na educação feminina só é modificada nos estabelecimentos católicos lentamente, quando já não há condições de resistir mais aos novos valores que vão sendo implantados na sociedade brasileira. Nos anos 50, alguns movimentos leigos, como a Ação Católica, começam a se

mostrar mais abertos a mudanças e, nessa mesma época, a Igreja Católica passa a assumir um maior compromisso com tais transformações sociais no País (AZZI, 1993).

Concluindo, aponto que, neste estudo, busco empreender uma análise dos escritos de Salgado sobre a mulher e a educação feminina, distinguindo-os dos escritos católicos, especificamente dos de Jackson de Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima. Essa análise apresenta como subproduto um trabalho de comparação e diferenciação dos dois movimentos: Ação Católica e Ação Integralista Brasileira, no que tange à mulher e seu papel social na sociedade contemporânea do início do séc. XX. Busco, também, analisar os conteúdos relacionados com a mulher e suas representações, manifestas nas fontes.

Por ora, penso a mulher como sugere Louro (1997), em sua pluralidade. Para tanto, procuro escapar dos argumentos que têm sempre o masculino como ponto referencial. Esse modo de pensar é-me útil, nesta pesquisa, porque investigo homens e mulheres que por meio de diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas por meio de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, por meio de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (SCOTT, 1990).

Finalmente, apresento, com maiores detalhes, a tríade que guiava a educação integralista feminina, ou seja, a educação intelectual, física e moral da mulher.

Referências

1. AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
2. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Garlhado. Lisboa: Difel, 1990.
3. _____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu - Fazendo história das mulheres*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 4, p. 40-42, 1995.

4. CORBISIER, Margarida C. A. Integralismo e educação do feminino. In: SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. São Paulo: Clássica Brasileira, 1959. v. IX, p. 63-69.
5. LIMA, Alceu Amoroso. *Idade, sexo e tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
6. _____. *Humanismo pedagógico*. Rio de Janeiro: Stella Editora, 1943.
7. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
8. _____. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Barbara et al. (Org.). *Docência, memória e gênero*. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 77-84.
9. MARCILIO, Maria Luiza. *Família, mulher sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: CEDHAL/CEHILA – Loyola, 1993.
10. NUNES, Maria José F. R. *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 35.
11. PRANDI, José Reginaldo. Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. *Cadernos Cebrap*. São Paulo, p. 30, 1975.
12. Pio XI (papa). *Divini Illus Magistri* (sobre a educação cristã da juventude), 1927. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 28.
13. SALGADO, Plínio. *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1937.
14. _____. A mulher no século XX. In: SALGADO, Plínio. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas, 1955. v. VIII, p. 221-311.
15. _____. Para se compreender este Livro. In: SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959. v. IX, p. 7-14.
15. VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. *Família, Mulher e Prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo*. 367 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Programa de Pós-Graduação em História e Historiografia da Educação- Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 1988.
17. VIDAL, Diana Gonçalves. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: HILSDORF, Maria L. H; VIDAL, D. G. (Orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 205-224.